



Ribeirão Preto, 01 de Junho de 2021.

Ofício nº 535/2021-CM

Senhor Presidente

Em atenção à solicitação dessa E. Câmara Municipal, relativamente ao(s) REQUERIMENTO(S) de informação abaixo relacionado(s), apresentado(s) pelo Vereador(a) MARCOS ANDRÉ PAPA cumprimos o dever de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia(s) da(s) resposta(s) prestada(s) pelo(s) setor(es) competente(s) desta municipalidade.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de alto apreço e distinta consideração, subscrevemos-nos.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



Protocolo Geral nº 2740/2021
Data: 11/06/2021 Horário: 11:44

Atenciosamente

RICARDO AGUIAR
SECRETÁRIO DA CASA CIVIL

REQUERIMENTO(S) Nº(s) 3428 a 3430/2021

À Sua Excelência
ALESSANDRO MARACA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA
RIBEIRÃO PRETO - SP



Processo PMRP 2021/105925 Vol.: 1

Origem

Órgão: PMRP - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Unidade: JUR-DJUD - DIVISAO JUDICIAL
Responsável: Daniela Das Gracas De Almeida
Data encam.: 20/05/2021 às 10:37

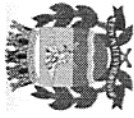
Destino

Órgão: PMRP - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Unidade: GP-4 ASTEL - ASSESSORIA TECNICO LEGISLATIVA

Encaminhamento

Encaminhamento: Bom dia!
Em atendimento ao requerimento 3428/2021, segue em anexo a pesquisa realizada junto ao sistema J-351 (ADINS referentes aos anos: 2019,2020 e 2021). Atenciosamente.

3428
Marcos Lapa



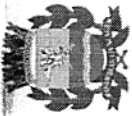
Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 **Ano Qualquer** **Situação da Pasta** Qualquer
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2287499-43.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17997 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Luciana Catanzaro Loffredo
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.417 de 06 de novembro de 2019 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE HIGIENIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS NOS VEÍCULOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Numeração Única 2141079-69.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 16877 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Luciana Catanzaro Loffredo
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE EXPRESSÃO 1.698/2004 PREVISTA NO ART. 3º, "CAPUT" E § 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.882 DE 20 DE JUNHO DE 2018, DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO
LEI QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA TABELA DE CARGOS, CARREIRAS, NÍVEIS E VENCIMENTOS. POSSIBILIDADE DE OPÇÃO PELO NOVO REGIME REMUNERATÓRIO DOS procurador do município

Numeração Única 2122419-27.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 16683 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Nathan Gomes Pereira do Nascimento
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.296 de 1º de março de 2019 dispõe sobre a impressão de informações nos carnês de pagamento de IPTU sobre a isenção do imposto,



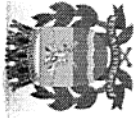
Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 **Ano Qualquer** **Situação da Pasta** Qualquer
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2144126-51.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 16871 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto **Procurador** Henrique Parisi Pazeto
Procuradoria Procuradoria Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ementa a Lei Municipal nº 14.314 de 10 de abril de 2019 obriga as pessoas que são nomeadas, bem como as já nomeadas para cargo em comissão de primeiro e segundo escalão na administração direta e indireta a apresentar certidão negativa de débito municipal

Numeração Única 2227174-05.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17692 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto **Procurador** Danyella Ribeiro Monteiro
Procuradoria Procuradoria Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ementa Trata-se de ADIN que tem como pedido que seja declarada a inconstitucionalidade da Lei Comp. nº 2.988/2019 que dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto e dá outras providências. INDEFERIDO o pedido de suspensão da eficácia da Lei.

Numeração Única 2169596-84.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17120 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto **Procurador** Marcelo Silva Bonani
Procuradoria Procuradoria Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ementa Lei Municipal nº 14.354, de 12 de junho de 2019 dispõe sobre o uso obrigatório de uniforme padronizado, com o nome da respectiva escola, pelos alunos da rede municipal de ensino PA: 2019 015998 3



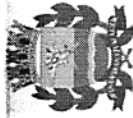
Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 **Ano Qualquer** **Situação da Pasta** Qualquer
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2268331-55.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17834 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Suelane Ferreira Suzuki
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Nº 14.364, de 12 de julho de 2019 "Determina que os ônibus de transporte público coletivo exibam no para choque traseiro adesivo com os dizeres" pegar rabeira em ônibus é crime e gera perigo de morte

Numeração Única 2101558-20.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 16483 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Lucas Oliveira Faria
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.298 de 08 de 2019 INSTITUI NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO DIRETRIZES PARA O RECOLHIMENTO DE ÓLEO VEGETAL E DE GORDURA DE ORIGEM ANIMAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PUBLICAS E PARTICULARES

Numeração Única 2002604-36.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 15539 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Juliana Galvão Pinto
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.259, de 23 de novembro de 2018 (dispõe sobre desconto de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) no pagamento de taxa de inscrição para pessoas idosas, em toda e qualquer competição esportiva no município de Ribeirão Preto)



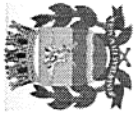
Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 **Ano Qualquer** **Situação da Pasta** Qualquer
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2039986-63.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 16170 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Marcelo Silva Bonani
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Ação proposta pelo Procurador-Geral de Justiça impugnando as expressões "Diretor Financeiro e de Investimento" e "Diretor Administrativo e de Segurança", previstas nos incisos II e III do art. 49 da Lei Compl. nº 1.012/2000 e das expressões "Diretor Administrativo e de Segurança", "Diretor Financeiro e de Investimentos", "Assessor Jurídico", "Chefe da Divisão de Proventos e Benefícios" e "Chefe da Divisão de Tesouraria" previstas no caput do art. 50 IPM

Numeração Única 2266387-18.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17792 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Marcelo Henrique da Silva Monteiro
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.363 de 12 de julho de 2019 dispõe sobre vistas de processos administrativos de obras no município às entidades acadêmicas e alunos de engenharia e arquitetura e dá outras providências.

Numeração Única 2004977-40.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 15608 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Marcelo Henrique da Silva Monteiro
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Decreto Legislativo
Ementa ADIN relativa ao Decreto Legislativo nº 01/2019 de 11 de janeiro de 2019 que SUSTA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 372, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL IPTU verde



Processos Judiciais Relação de Processos

Página: 5 de 10

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 Ano Qualquer Situação da Pasta Qualquer
Área Processual Geral Tipo de Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única	2002599-14.2019.8.26.0000	Número/Ano Processo	/null
Número da Pasta	15540	Situação da Pasta	Em Andamento
Comarca	Ribeirão Preto	Vara	Tribunal de Justiça
Procuradoria	Procuradoria Geral	Procurador	Luciana Catanzaro Loffredo
Área Processual	Geral	Tipo Ação	ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ementa	ADIN relativa aos artigos 1º, inciso II, 3º, caput e incisos I, II e III e 6º da Lei Municipal nº 14.243, de 02 de outubro de 2018 (dispõe sobre o programa de valorização de protetores e cuidadores de animais soltos ou abandonados no município de ribeirão preto)	Assunto	Inconstitucionalidade de Lei
Numeração Única	2274307-77.2018.8.26.0000	Número/Ano Processo	/null
Número da Pasta	15661	Situação da Pasta	Em Andamento
Comarca	Ribeirão Preto	Vara	Tribunal de Justiça
Procuradoria	Procuradoria Geral	Procurador	Sulamitha Bonvicini Veloso Villas Boas
Área Processual	Geral	Tipo Ação	ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ementa	Lei Municipal 13.610 de 09 de setembro de 2015 dispõe sobre a comercialização de cerveja nas dependências de estádios de futebol, conjuntos poliesportivos e praças desportivas no Município de Ribeirão Preto	Assunto	Inconstitucionalidade de Lei
Numeração Única	2212809-43.2019.8.26.0000	Número/Ano Processo	/null
Número da Pasta	17451	Situação da Pasta	Em Andamento
Comarca	Ribeirão Preto	Vara	Tribunal de Justiça
Procuradoria	Procuradoria Geral	Procurador	Nathan Gomes Pereira do Nascimento
Área Processual	Geral	Tipo Ação	ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ementa	Lei Complementar Municipal nº 2.972, de 25 de junho de 2019 (ADIN relativa aos incisos IV, V, VI, VIII E IX do art. 3º; incisos II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVIII, XIX, XX e XXI do art. 4º e artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 12) processo administrativo autógrafo: 02.2019.023016-5	Assunto	Inconstitucionalidade de Lei Municipal



Processos Judiciais Relação de Processos

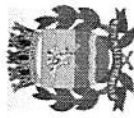
Página: 6 de 10

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 Ano Qualquer Situação da Pasta Qualquer
Área Processual Geral Tipo de Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2247636-80.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17631 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Henrique Parisi Pazeto
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei municipal 14.341 de 28 de maio de 2019 dispõe sobre o prazo para atendimento presencial nas lojas e/ou quichês destinados aos clientes das empresas de televisão a cabo ou por assinatura, internet e telefonia instalada no município de Ribeirão Preto

Numeração Única 2001814-52.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 15509 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Juliana Galvão Pinto
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Lei Municipal nº 10.672, de 17 de fevereiro de 2006: "DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º, DA LEI Nº 4477, DE 04 DE MAIO DE 1984, REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 8436, DE 10 DE MAIO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE A RESERVA DE ÁREAS PARA ESTACIONAMENTO, QUE ESPECIFICA."

Numeração Única 2272417-69.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17874 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Sulamitha Bonvicini Veloso Villas Boas
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.424 de 18 de novembro de 2019 INSERE PARAGRAFO 1º NO ARTIGO 1º DA LEI Nº 6.964/94, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1994, CONFORME ESPECIFICA, o Poder Executivo fará publicar no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto ou no Diário Oficial do Município a relação de todas as empresas transportadoras de resíduos sólidos da construção civil licenciadas em Ribeirão Preto, áreas de transbordo e triagem licenciadas, usinas de reciclagem de RCC licenciadas e obras de aterro



Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 **Ano** Qualquer **Situação da Pasta** Qualquer
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2144100-53.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null

Número da Pasta 16872 **Situação da Pasta** Em Andamento

Comarca Ribeirão Preto

Procuradoria Procuradoria Geral

Área Processual Geral

Vara Tribunal de Justiça

Procurador Marcos Rodrigo Carvalho Chiavelli

Tipo Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Assunto Inconstitucionalidade de Lei

Ementa a Lei Municipal nº 14.323 de 24 de abril de 2019 dispõe que todo ajuste e/ou reajuste nas tarifas do transporte público de Ribeirão Preto devem ser informadas pelo Executivo ao Legislativo Municipal com a antecedência mínima de 20 dias corridos anteriores a previsão de sua implementação.
tarifa de transporte público

Numeração Única 2259065-44.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null

Número da Pasta 17711 **Situação da Pasta** Em Andamento

Comarca Ribeirão Preto

Procuradoria Procuradoria Geral

Área Processual Geral

Vara Tribunal de Justiça

Procurador Sumaia Popiolek Sfredo

Tipo Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Assunto Decreto Legislativo

Ementa DECRETO LEGISLATIVO 24/2019, de 24 de maio de 2019, que susta os efeitos DO § 1º E DO § 2º DO ART 37, DO DECRETO Nº 319, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012, que exige a aquisição mínima de 5 tarifas vigentes na primeira cobrança de créditos e que proíbe a devolução em dinheiro aos usuários do transporte público de eventuais créditos não utilizados nos cartões

Numeração Única 2244015-75.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null

Número da Pasta 17605 **Situação da Pasta** Em Andamento

Comarca Ribeirão Preto

Procuradoria Procuradoria Geral

Área Processual Geral

Vara Tribunal de Justiça

Procurador Silvana Rissi Junqueira Franco

Tipo Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Assunto Inconstitucionalidade de Lei

Ementa Lei Municipal nº 14.375 de 14 de agosto de 2019 dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação transparente e de simples compreensão da revisão da tarifa de transporte público



Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 **Ano Qualquer** **Situação da Pasta** Qualquer
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2101531-37.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 16482 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Suelane Ferreira Suzuki
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.299, de 08 de março de 2019 DISPOE SOBRE O PRAZO E GARANTIA DE SERVIÇOS DE ASFALTAMENTO E CONCERTOS DE BURACOS NA CIDADE DE RIBEIRAO PRETO buraco

Numeração Única 2052119-40.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 16034 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Marcelo Rodrigues Mazzei
Área Processual Geral **Assunto** Cargos em comissão
Ementa DISPOSITIVOS CONSTANTES NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 214, DE 29 DE JANEIRO DE 1993 e outras Ausência de descrição legal das atribuições dos cargos em comissão criados.

Numeração Única 2206530-41.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17508 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Marcos Rodrigo Carvalho Chiavelli
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Lei Complementar Municipal n.º 2.988/2019. Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto impugnando a Lei Municipal Complementar nº 2.988/2019 que dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Previdência dos Municipários de Ribeirão Preto I.P.M. e dá outras providências.



Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2019 a 31/12/2019 **Ano Qualquer** **Situação da Pasta** Qualquer **Qualquer**
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

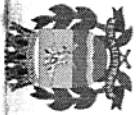
Numeração Única 2256725-30.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17705 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Silvana Rissi Junqueira Franco
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa A Lei Municipal nº 14.384 de 04 de setembro de 2019 dispõe sobre a divulgação obrigatória dos postos revendedores de combustíveis acerca da origem do seus produtos ao consumidor, bem como se a gasolina e formulada ou refinada.

Numeração Única 2017754-57.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 15701 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Danyella Ribeiro Monteiro
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.263, de 28 de novembro de 2018 dispõe como postura municipal a adoção de mecanismos e controle nos processos de medição dos serviços a serem realizados pelo poder público municipal.
Antes de ser efetuada a liquidação do empenho e pagamento pelo ente contratante deveria ser precedido de um amplo relatório de fiscalização
O documento será disponibilizado nos respectivos processo licitatório e processo de compras, ficando também disponível no portal de transparência

Numeração Única 2176137-36.2019.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 17156 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Sulamitha Bonvicini Veloso Villas Boas
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Lei Municipal nº 14.330, de 15 de maio de 2019. "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE RIBEIRAO PRETO QUE TODAS AS PASSARELAS DE PEDESTRES, VIADUTOS E PONTES DE TRAFEGO DE VEÍCULOS TENHAM TRAVES DE PROTEÇÃO DE ALTURA E DETERMINA A INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO LIMITE MAXIMO DEAL TURA PERMITIDA, CONFORME ESPECIFICA" ..



Processos Judiciais
Relação de Processos



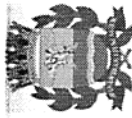
Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2020 a 31/12/2020 Ano Qualquer Situação da Pasta Qualquer
Área Processual Geral Tipo de Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2160464-66.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 19614 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Danyella Ribeiro Monteiro
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.452 de 21 de fevereiro de 2020 exige que em receitas medicas do SUS conste informações sobre as farmácias populares do Município.
Processo administrativo 2019 043506 9

Numeração Única 2281839-34.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 20626 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Nathan Gomes Pereira do Nascimento
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Complementar Municipal nº 3.042, de 03 de novembro de 2020 estabelece a dispensa de exigência de laudo de avaliação médica para portadores de deficiência permanente por ocasião do cadastramento para obtenção do benefício especial para uso do transporte público municipal.
PA 2020 026662 0

Numeração Única 2002827-52.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 18203 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Sulamitha Bonvicini Veloso Villas Boas
Área Processual Geral **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, em face das expressões "Chefe de Divisão de Treinamento e Habilitação" e "Chefe de Divisão de Assistência Jurídica e Judiciária", da Guarda Municipal de Ribeirão Preto previstas no art. 6º, da Lei Complementar nº 369, de 08 de agosto de 1994, do Município de Ribeirão Preto.
guarda civil municipal



Processos Judiciais Relação de Processos

Período de Distribuição 01/01/2020 a 31/12/2020 Ano Qualquer Situação da Pasta Qualquer
Área Processual Geral Tipo de Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2006969-02.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 18103 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Luciana Catanzaro Loffredo
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Lei Municipal nº 14.401, de 02 de outubro de 2019 que institui a Campanha de Doação de Livros Didáticos

Numeração Única 2302993-11.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 20730 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Renato Manaia Moreira
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Trata-se de ADIN, COM PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DA OBRIGACAO DE CUMPRIMENTO, relativa a Lei Municipal nº 14.510 de 13 de novembro de 2020 que "DISPOE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE GABINETES OPTOMETRICOS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA O ATENDIMENTO A SAUDE VISUAL PRIMARIA NA REDE PRIVADA DO MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO, CONFORME ESPECIFICA"

Numeração Única 2166249-09.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 19633 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Marcelo Rodrigues Mazzei
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Ementa Adin relativa aos art. 2º, caput e § 2º da Lei Complementar Municipal nº 3.025, de 29 de abril de 2020 estabelece como prazo final para solicitação do benefício tributário IPTU VERDE para 30 de junho e seu parágrafo 2º estabelece que a análise do requerimento devere ser realizada ate 31 de julho, ambas as datas do ano anterior aquele que se pretende o benefício. iptu verde



Processos Judiciais Relação de Processos

Página: 3 de 3

Período de Distribuição 01/01/2020 a 31/12/2020 Ano Qualquer Situação da Pasta Qualquer Qualquer
Área Processual Geral Tipo de Ação ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2157148-45.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 19597 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto **Procurador** Taisa Cintra Dosso
Procuradoria Procuradoria Geral
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido liminar de suspensão da obrigação de cumprimento relativa à Lei Municipal nº 14.451 de 21/02/2020, que dispõe sobre o direito de preferência na matrícula e na transferência da matrícula nas creches e nas escolas municipais para os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica. Processo Administrativo 2019 043507-7

Numeração Única 2247552-45.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 20197 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto **Procurador** Regis Tadao Noso
Procuradoria Procuradoria Geral
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Requer que seja declarada totalmente inconstitucional o teor da Lei Municipal nº 14.480, de 03 de julho de 2020 que "DISPOE SOBRE AS CONDIÇÕES GERAIS PARA ABERTURA DAS ACADEMIAS DE ESPORTES NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO em face da pandemia do COVID-19.

Numeração Única 2290510-46.2020.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 20680 **Situação da Pasta** Em Andamento **Vara** Tribunal de Justiça
Comarca Ribeirão Preto **Procurador** Marcos Rodrigo Carvalho Chiavelli
Procuradoria Procuradoria Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei
Área Processual Geral
Ementa § 4º do art. 1º, § 3º do art. 9º, inciso III do art. 12, parágrafo único do art. 21 e emendas 011 a 77 e 80 a 90 da Lei Municipal nº 14.488, de 03 de agosto 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021 LDO
lei de diretrizes orçamentárias



Processos Judiciais Relação de Processos

Página: 1 de 1

Período de Distribuição 01/01/2021 a 20/05/2021 **Ano Qualquer** **Situação da Pasta** Qualquer
Área Processual Geral **Tipo de Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Numeração Única 2005620-27.2021.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 20844 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Marcelo Rodrigues Mazzei
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa ADIN da LEI COMPLEMENTAR 3.033, DE 28 DE AGOSTO DE 2020, DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - Ofende a razoabilidade, o interesse público e as exigências do serviço a instituição de gratificação de tempo integral a servidores comissionados, Duplicidade de vantagens em razão da instituição de gratificações com base em idênticos pressupostos, Inconstitucionalidade do dispositivo que autoriza a manutenção da incorporação das gratificações que foram instituídas

Numeração Única 2095344-42.2021.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 21604 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Juliana Galvão Pinto
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Trata-se de ADIN relativa a Lei Municipal nº 14.536 de 05 de março de 2021, que dispõe SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS ESTUDOS, PARECERES E OUTROS DOCUMENTOS QUE EMBASAM PROJETOS DE LEI E PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO), EM FACE DE SUA INCONSTITUCIONALIDADE - P.A.2020 040839-5

Numeração Única 2085732-80.2021.8.26.0000 **Número/Ano Processo** /null
Número da Pasta 21514 **Situação da Pasta** Em Andamento
Comarca Ribeirão Preto **Vara** Tribunal de Justiça
Procuradoria Procuradoria Geral **Procurador** Fernanda Alves Pereira
Área Processual Geral **Tipo Ação** ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade **Assunto** Inconstitucionalidade de Lei Municipal
Ementa Trata-se de ADIN relativa a Lei Complementar Municipal nº 14.507 de 06/11/2020 que dispõe do Programa de Apadrinhamento Afetivo de Crianças e Adolescentes no Município de Ribeirão Preto - Processo Administrativo 2020 - 029481-0

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Requerimento Câmara nº 3429/2021 – 06/05/2021

Vereador Marcos Papa

3429
Marcos Papa

Ref.: Requer esclarecimentos do Prefeito sobre o "PARQUE ECOLÓGICO ÂNGELO RINALDI" – Horto Municipal.

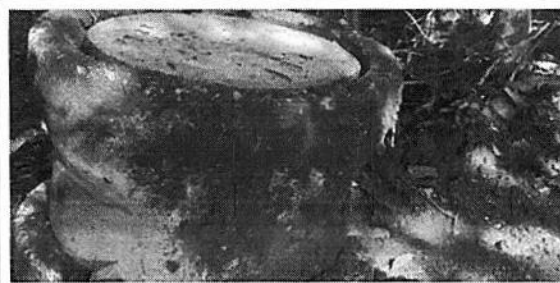
1. Quais medidas EFETIVAS estão sendo tomadas para a recuperação do Parque Ecológico Ângelo Rinaldi – Horto Municipal?

A revitalização do Horto está em processo inicial de recuperação, apesar da forte ação antrópica no entorno, algumas benfeitorias foram implantadas. Foram feitas, recuperação das galerias pluviais e redes de esgotamento sanitário pelo DAERP. A CLU (Coordenadoria de Limpeza Urbana) tem realizado as roçadas periódicas, bem como a remoção dos entulhos e também o levantamento das copas dos espécimes arbóreos, cujo objetivo é a higienização do espaço físico, para facilitar as rondas da vigilância.

O viveiro de mudas recebeu benfeitorias tais como: limpeza local, organização por espécies, atualização de inventário de mudas, organização de canteiros.



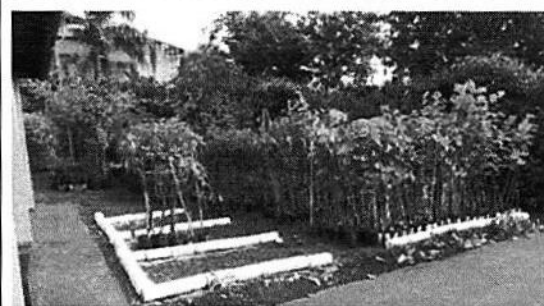
01 - Vazamento de PV no "PEAR". (Fonte: DAERP)



02 - Conserto de vazamento de PV no "PEAR". (Fonte: DAERP)



03 . Viveiro de mudas antes da manutenção.



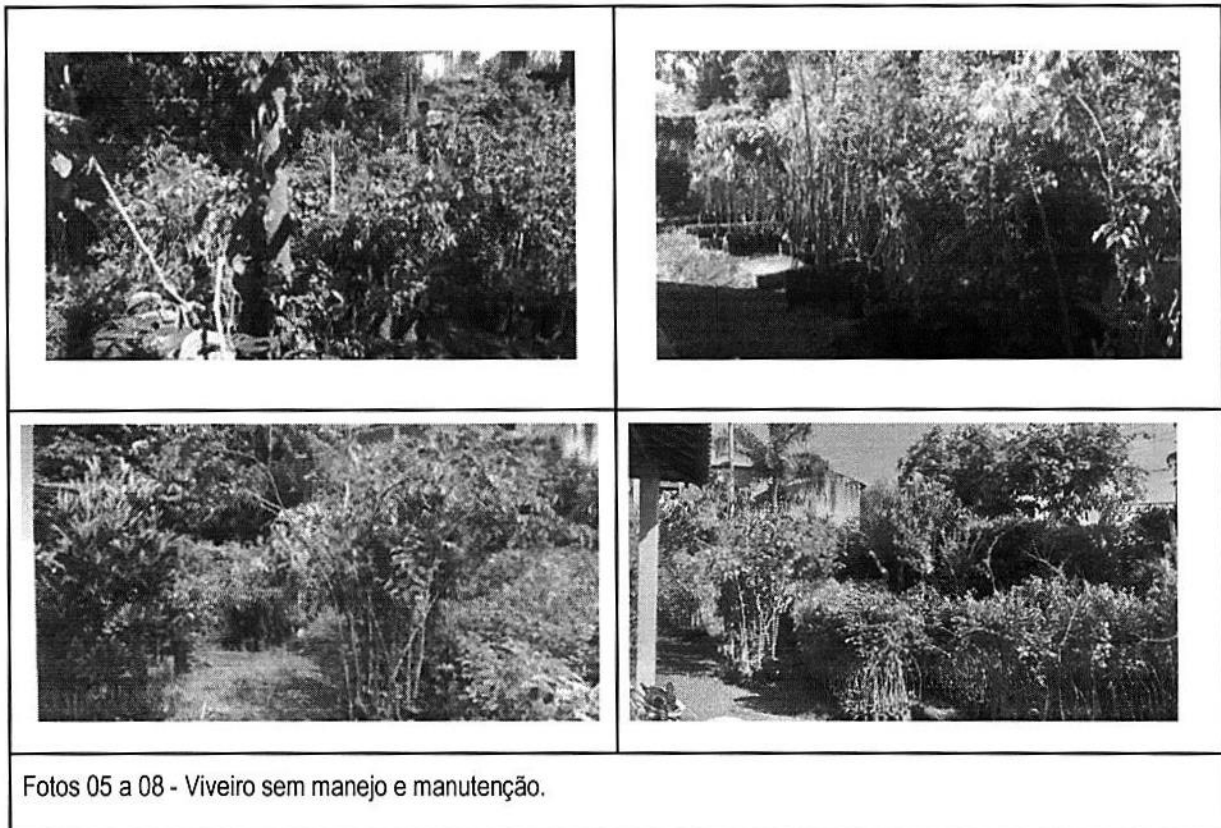
04. Viveiro de mudas depois da Manutenção.

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

2. Qual o plano de recuperação do Parque Ecológico Ângelo Rinaldi - Horto Municipal no Palácio Rio Branco? Por favor encaminhar o plano detalhado, incluindo o cronograma, investimentos, responsáveis técnicos.

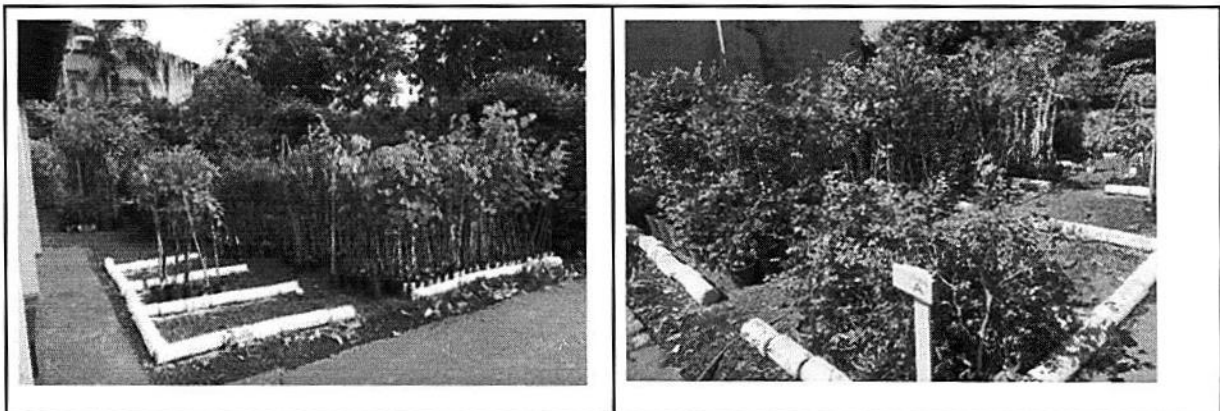
O plano de recuperação e revitalização do Parque Ecológico Ângelo Rinaldi conta com uma série de ações já em prática pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP, como por exemplo, o melhoramento no viveiro de mudas, segue abaixo fotos antes das melhorias feita pela gestão:

Fotos do viveiro - ANTES



Após o início do trabalho da nova gestão:

Fotos do viveiro - DEPOIS



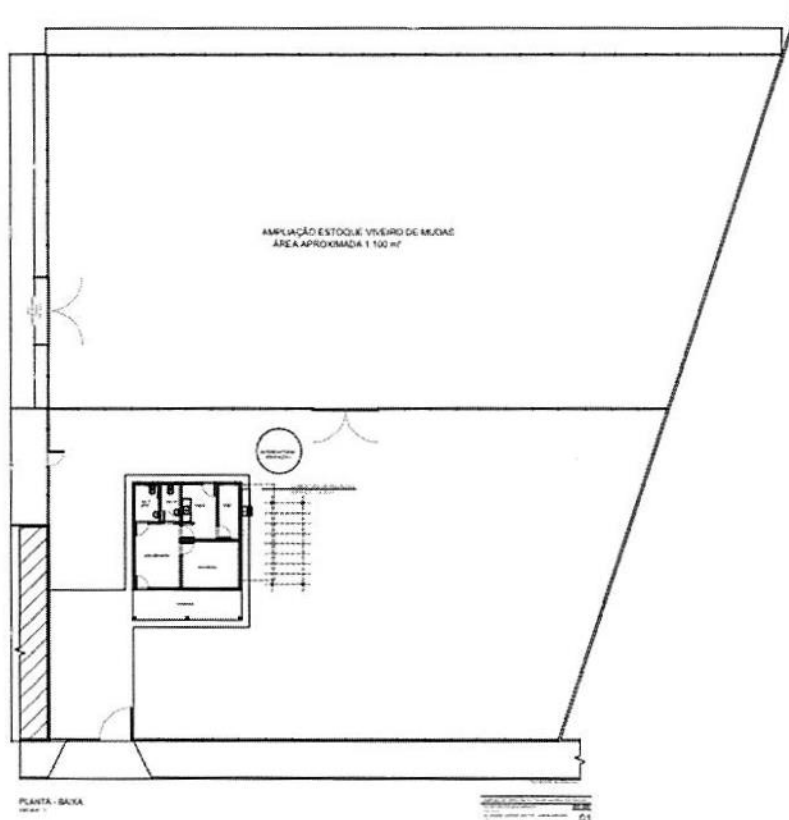


Secretaria Municipal do Meio Ambiente



É visível o melhoramento da organização e do avanço dos trabalhos no Parque Ecológico Ângelo Rinaldi.

Outro ponto, positivo no que toca à reparação é a ampliação da área de estoque de mudas do viveiro, melhoria viabilizada por meio do processo administrativo nº 02 2020 038306-6, a SMMA está em fase de execução para a alocação da compensação ambiental visando a ampliação da área de estoque do viveiro de mudas, conforme croqui abaixo:



Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Sendo assim, o trabalho está sendo feito de maneira gradual no sentido de implementar cada vez mais melhorias ao Parque Ecológico Ângelo Rinaldi, a criação de um plano detalhado, incluindo cronograma, investimento, responsáveis técnicos etc, está sendo desenvolvido na medida em que às questões mais urgentes relativas ao Parque são resolvidas pela atual gestão.

3. Qual a composição do Grupo de Trabalho ou Comissão responsável pelo Parque Ecológico Botânico Ângelo Rinaldi?

Nos termos da Lei N. 3.062/2021 em específico o artigo 468, foi criada a Divisão de Unidades de Conservação, cujas atribuições estão prescritas na lei ora citada. Sob a direção dessa Divisão conforme dispõe o artigo 470 da mesma Lei Complementar supracitada encontra-se a Seção do Parque Ecológico Ângelo Rinaldi que também possui dentre às suas atribuições o Parque Ecológico Ângelo Rinaldi.

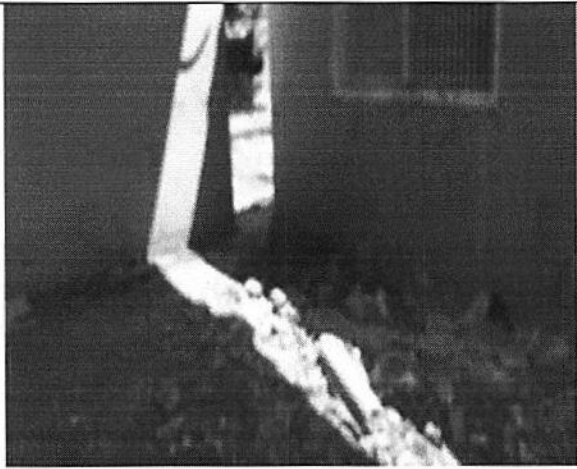


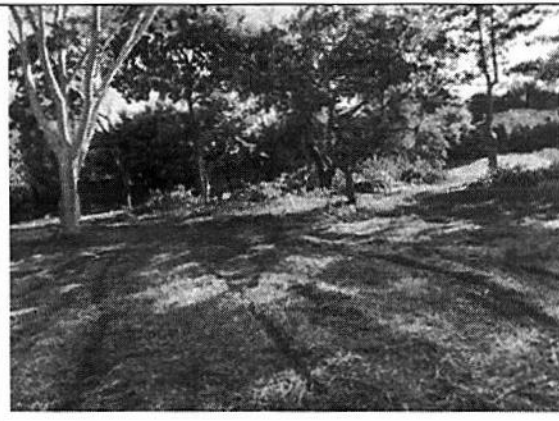
4. Qual o cronograma de trabalho para a implementação das providências para preservação, conservação e recuperação do Parque Ecológico Ângelo Rinaldi?

Conforme respondido no item "2" o cronograma para a conservação está sendo desenvolvido na medida em que as questões mais urgentes relativas ao Parque são resolvidas pela atual gestão. Além das melhorias já descritas, e desde que o atual Governo assumiu algumas ações de contenção desta grande pressão social, inclusive sob as vistas do Ministério Público, foram significativamente reduzidas. Ainda em 12/03/2021 foi realizada uma reunião com várias Secretarias e Autarquias visando soluções para todo o espaço do "PEAR". DAERP, INFRA/CLU, SMMA/FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL/CBEA, GCM e Polícia Militar do Estado de São Paulo com o objetivo de sanar as demandas da população do entorno, pelas fotos abaixo, mostrando o antes e depois, nota-se que ações já foram tomadas pelo DAERP na área do saneamento e pela INFRA/CLU para limpeza do entorno, evitando maiores transtornos com a população vizinha.



Fotos 12 e 13 – Vazamento e conserto do PV efetuado pelo DAERP.

**Secretaria Municipal do Meio Ambiente**

	
Foto 14 – Edificação com entulho	Foto 15 – Edificação com retirada de entulho
	
Foto 16 – Área com vegetação herbácea	Foto 17 – Área roçada - Controle de gramíneas

5 Já houve alguma tentativa de parceria público privada e/ou acordo de compensação ambiental de empreendimentos construídos na região?

Sim, conforme descrito no item "2" já encontra-se em fase de execução a reparação e a ampliação da área de estoque de mudas do viveiro, possibilitada pela compensação ambiental originada no processo administrativo nº 02 2020 038306-6. Além disso, a SMMA está sempre à procura de novos parceiros para implantação de melhorias e novas tecnologias.

6 Qual o valor estimado para realizar a recuperação da área em questão? Favor encaminhar os estudos e valores estimados pela Prefeitura.

Existe um levantamento preliminar que para implementação do CETRAS o custo será de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), entretanto outros estudos ainda estão sendo realizados.



Secretaria Municipal do Meio Ambiente

7 Está sendo realizado um controle e rastreamento efetivo das mudas que são doadas para o Horto Municipal, sendo que grande parte são de compensações ambientais? Favor encaminhar cópia dos documentos de controle.

Existe um controle da SMMA de todas as informações quanto às mudas em estoque no Horto Municipal, entrada e saída. De 01/01/2017 a 28/05/2021: foram recebidas no Horto Municipal 57.539 mudas. De 01/01/2017 a 28/05/2021: foram doadas e plantadas 57.657 mudas. Existe no viveiro em estoque atualmente: 7.631 mudas.

8 Qual o sistema de gestão que é utilizado no Horto Municipal? Favor encaminhar detalhes sobre o sistema:

Conforme descrito no item "3", a LC N. 3061/2021 prevê a gestão do horto Municipal por divisão e seção específicas. Atualmente o Horto conta com a atividade executada por um total de 13 funcionários.

9 Existe um relatório mensal, semestral ou anual dos serviços gerais do Horto Municipal, incluindo entradas, saídas, e perdas de mudas? Se sim, favor encaminhar o mesmo.

O Controle é desde a entrada e qualificação da muda, com posterior saída. O Controle está à disposição no "PEAR".

10 Qual é o processo e os padrões utilizados para o controle de qualidade das mudas que são recebidas no horto? Favor encaminhar as especificações técnicas e o modelo dos laudos de recebimento das mesmas.

O controle é por meio do que rege o Art. 172, I da LC N. 1616/2004.

11 Existe um banco de sementes nativas? Se sim, favor detalhar como é realizado o monitoramento, produção, etc.

Não temos banco de sementes.

12 Qual foi o número total de mudas que entraram no Horto Municipal nos últimos 4 anos? Favor encaminhar a localização do plantio das mesmas. Doações, compensações ambientais etc.

De acordo com o item 7.

13 Quantas mudas foram doadas aos munícipes ou grupos de plantio para arborização de vias públicas e em áreas verdes públicas? Favor detalhar.

Para melhor responder o questionamento, solicitamos o lapso temporal para o qual deseja resposta específica.



Secretaria Municipal do Meio Ambiente

14 Quantas mudas do horto foram plantadas pela Prefeitura em vias públicas e áreas verdes públicas?

Favor detalhar.

Conforme item 13.

15 As questões relacionadas à infraestrutura (CLU e DAERP) tais como: esgoto, caixa de contenção, despejo de lixo e entulho. Já foram resolvidas? Se sim, favor encaminhar relatórios.

Conforme Itens 1 e 4.

16 Existem edificações abandonadas e deterioradas dentro do Parque. Quais medidas estão sendo tomadas para a manutenção das mesmas?

No que se referem as edificações que estão abandonadas e deterioradas dentro do "PEAR", apesar de estarem alocadas no mesmo, nem todas eram de responsabilidade desta SMMA, exemplo da SEMAS Secretaria de Assistência Social e Grupo de Escoteiros que tem ou tiveram unidade alocada. Entretanto todas as vezes que notamos atos de vandalismo contra o patrimônio público, esta SMMA elaborou B.O. e informou os órgãos competentes.

17 Qual é o planejamento habitacional para a área do parque/horto?

Quanto ao item 17 deste requerimento, informamos que quanto a questões relacionadas ao Planejamento Habitacional, este é uma atribuição da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Sendo o que tínhamos para informar neste momento referente a esta solicitação.

Prezado Nobre Edil Marcos Papa

Tendo em vista que o Programa Município Verde Azul, tem como objetivo principal estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, ou seja, é um Programa indutor de políticas públicas ambientais, a transparência das ações e gestão que realizamos é pautada de acordo com o que rege a Resolução SMA N° 33 DE 28 DE MARÇO DE 2018, que Estabelece procedimentos operacionais e os parâmetros de avaliação da Qualificação para a Certificação no âmbito do Programa Município VerdeAzul, da qual está em vigência. Em específico no: ANEXO I - PROCEDIMENTOS DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL - DOS INSTRUMENTOS

Os documentos comprobatórios do ciclo ambiental do ano de 2020 foram inseridos exclusivamente pelo Sistema do Programa Município VerdeAzul - PMVA via upload, organizados por diretiva/critério/tarefa, obedecendo a nomenclatura definida no Anexo II exatamente como é regido pela Resolução supracitada e também considerando o Artigo 3° - A definição, forma de envio, data para upload e os formatos de arquivos aceitos ficam estabelecidos no Anexo III.

Quanto à transparência das informações, conforme o Artigo 9° - As informações prestadas pelos municípios, bem como os documentos comprobatórios encaminhados, poderão ser objeto de auditoria dos órgãos fiscalizadores e poderão ser divulgados como referência de boa gestão ambiental municipal. Portanto, o acesso a toda documentação está disponível na SIMA (Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo) por meio da Coordenadoria do Programa Município VerdeAzul. +55 (11) 3133-4186.

Link da Resolução SMA N°33 DE 28 DE MARÇO DE 2018.

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2018/03/resolucao-sma-33-2018/>

A partir do Ciclo de 2021, as atividades tem prazo para serem entregues no final do mês de Setembro e ainda estão em andamento/elaboração, sendo a maioria delas realizadas de forma remota devido a Pandemia de Covid – 19 que acometeu o País todo houve algumas adequações, comprometendo de forma considerável a gestão e execução das ações presentes no Anexo II, referentes às 10 diretrizes, que regem o Programa.

O Departamento de Planejamento Ambiental tem o comprometimento em salvaguardar o gerenciamento do desenvolvimento da política municipal ambiental, tendo como uma das prioridades a gestão atual o cumprimento em sua totalidade as ações do Programa Município Verde Azul.

Após o cumprimento das ações do referido Programa, este departamento disponibilizará um Banco de dados ambiental municipal, no departamento de planejamento ambiental e também no site oficial para consulta pública.

3430
marcos
papa